

NOTA ESPAÇO AGRÁRIO: TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA E INTEGRAÇÃO

Rafaela Rodrigues Pereira

Mestranda do Programa de Saúde Pública e Meio Ambiente da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca / Fundação Oswaldo Cruz – ENSP/FIOCRUZ, pós-graduada em Análise Ambiental e Gestão do Território, pela Escola Nacional de Ciências Estatística – ENCE e, graduada em Geografia, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Endereço Postal: Travessa Independência 55 Apto 202 – Itapoá – Vila Velha / ES. Cep: 29101-670. E-mail: rafaelauerj@uol.com.br.¹

RESUMO

Com o intuito de contribuir para o aprofundamento e ampliação do debate sobre a questão agrária hoje, estabelece-se aqui a reflexão a respeito de duas importantes vertentes pelas quais o tema camponês é desenvolvido: uma valoriza o camponês em sua essência, estabelecendo conexões entre fatores de ordem econômica, sociocultural e político-ideológica, ao passo que a outra privilegia o econômico, destacando a tendência de esfacelamento do camponês face ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Faz-se necessário realizar uma leitura da questão agrária que considere as múltiplas interações concernentes à produção diferenciada e economicamente desigual do espaço agrário, transcendendo uma visão unívoca acerca do futuro do camponês.

Palavras Chave: Território, camponês, agricultura familiar.

AGRARIAN SPACE: TERRITORY OF RESISTANCE AND INTEGRATION.

ABSTRACT

With intention to today contribute for the deepening and magnifying of the debate on the agrarian question, we establish here the reflection regarding two important sources for which the subject peasant is developed: one values the peasant in its essence, establishing connections between factors of economic, sociocultural and politician-ideological order, to the step that to another one privileges the economic one, detaching the trend of esfacelamento of the peasant face to the development of the capitalism in the field. Faz-se necessário realizar uma leitura da questão agrária that considers the multiple interactions referring to the production differentiated and economically different of the agrarian space, that it exceeds a univocal vision on the future of the peasant.

Keywords: Territóri, peasantry, family farming.

INTRODUÇÃO

Para compreender os rumos que a questão agrária vem assumindo hoje no Brasil, face à polêmica em torno do desenvolvimento do capitalismo agrário, tem-se atribuído uma inegável relevância ao tema camponês. Seu significado fundamenta-se no

1

fato de existir uma grande massa de pequenos produtores, proprietários ou sem terra, que promove, conforme o seu tempo e espaço de vivência, uma organização social e territorial própria de resistência à reprodução ampliada do capital. Perduram, portanto, na pauta de discussões diferentes visões a respeito da funcionalidade/representatividade do camponês em nossa sociedade.

Diante destas considerações iniciais, visando contribuir para o enriquecimento do debate sobre a questão agrária, que persiste desde o século XIX, objetiva-se realizar uma reflexão acerca de duas importantes vertentes pelas quais o tema é desenvolvido. Trata-se do célebre embate entre a vertente que valoriza o campesinato em sua essência, enquanto classe social, estabelecendo conexões entre fatores de ordem econômica, sociocultural e político-ideológica, e a vertente que privilegia o econômico, destacando a tendência de esfacelamento da unidade de produção camponesa diante da fagocitose promovida pelo capital.

A importância deste debate para a Geografia Agrária reside, de modo bastante explícito, na compreensão das diferentes formas de organização da produção agrária e, indo mais longe, dos distintos feitiços pelos quais elas se materializam no espaço. É, portanto, somente na convergência das vertentes aqui expostas que se ampliam as perspectivas de análise a respeito do espaço agrário, entendido como o *locus* das contradições inerentes a expansão do capital.

Categoricamente Ariovaldo (2001, p. 48) chama atenção para o embate teórico que se firma frente às contradições contidas nas próprias vertentes teóricas. Ao mostrar que o processo de reprodução ampliada do capital tanto redefine antigas relações subordinando-as à sua reprodução como engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução, nos leva a refletir sobre o que diz Martins (apud Ariovaldo, 2001, p. 48):

(...) é muito importante discernir entre produção do capital e reprodução capitalista do capital. *A produção do capital, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseada pois no capital e no trabalho assalariado.* Portanto, não só relações não-capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da propriedade familiar de tipo camponês, como também determinadas relações podem não aparecer integrantes do processo do capital, embora o sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra (Martins, 1981: 170/1) (grifo do autor).

Por tudo que foi dito, contemplando-se primordialmente a diferenciação espacial, as escalas e a relação campo-cidade, devemos atentar para a significação do trabalho de campo, uma vez que ele possibilita o conhecimento mais aprofundado da dinâmica espacial estabelecida na área em estudo. Ainda, a abordagem desta não deve se ater aos seus

aspectos histórico-econômicos, mas, consecutivamente, aos aspectos ontológicos do território. Desse modo, considerando a relação espaço-tempo, é preciso ter contato com a população local, fazer entrevistas com os mais diferentes sujeitos sociais, observar a paisagem, coletar dados e estabelecer as devidas correlações.

Procurando situar a discussão sobre o tema aqui abordado, destaca-se dois estudos de casos, onde foram encontrados elementos que confirmam as proposições teóricas pertinentes às duas vertentes mencionadas. O primeiro se liga à dissertação “A Horticultura do Tomate e a Organização do Território em São José de Ubá – Noroeste Fluminense” (CEZAR, 2001) e o segundo ao trabalho intitulado “Horticultura, pequena produção e meio ambiente em Nova Friburgo” (PEREIRA et al., 2003).

No caso de São José de Ubá, um dos principais municípios produtores de tomate do Estado do Rio de Janeiro, a horticultura é praticada segundo um sistema agrícola intensivo de trabalho e capital, sendo a sua face modernizada aquela que se refere às técnicas.

A organização da produção, essencialmente capitalista, se dá a partir de relações de trabalho tradicionais, que vão se ajustando às mudanças ou tentativas de transformação do espaço agrário regional ou nacional. Está vinculada a três sujeitos sociais, que estabelecem seus contratos de forma verbal. No comum dos casos, o *proprietário fundiário* auferir a renda da propriedade (*terra*), o *empresário* – “patrão” - financia a lavoura (*capital*) e partilha os custos e os riscos com o *parceiro*, responsável direto pela produção (*trabalho*).

A parceria é funcional para o empresário, pois, ao explorar o parceiro, além de eliminar os custos de mão-de-obra, partilha os riscos referentes às oscilações de preço no mercado e às condições meteorológicas. O não pagamento de salários é a pedra de toque de toda organização da produção: o “patrão” assume os gastos com insumos enquanto o parceiro cuida de uma parcela da lavoura, geralmente com cerca de 3.000 pés, e se encarrega da colheita, seleção e classificação dos frutos. No final da safra, descontada da renda bruta a quantia relativa ao arrendamento (10 a 20%) e pagas as despesas com embalagem e frete, o parceiro fica com 40%, conforme contrato estabelecido.

Estas características gerais evidenciam o papel do parceiro enquanto trabalhador para o capital. A instituição da parceria na lavoura do tomate faz parte da estratégia do empresário em manter e reforçar a dominação do capital sobre os pequenos produtores. Faz parte do processo de desenvolvimento capitalista no campo do Noroeste Fluminense, que supõe acumulação de capital e ampliação e mudança na própria natureza das redes de financiamento e comercialização.

Por outro lado, se as especificidades inerentes à área em estudo forem percebidas, ressaltando-se o papel da diferenciação espacial, torna-se difícil admitir generalizações.

Em Barro Branco, uma das comunidades do município de São José de Ubá, a unidade de produção camponesa coexiste com a produção capitalista. Os produtores, tem acesso à terra e aos instrumentos de trabalho, cultivam produtos típicos de uma policultura de subsistência com a família e comercializam os excedentes. Porém, quando se trata da prática da horticultura comercial do tomate, os camponeses, conforme a disponibilidade de recursos para desenvolver a atividade, podem assumir a figura de um empresário ou mesmo de um parceiro.

Qualquer que seja o lugar considerado, no caso dos pequenos proprietários que possuem terras de 5 a 10 ha, é difícil plantar em terreno próprio, por causa das dimensões e de suas condições financeiras. Quando todo o terreno já foi ocupado, o produtor, por questões fitopatológicas, no seguinte deverá procurar terra fora dos limites de sua propriedade.

Considerando, então, a falta de recursos destes camponeses, o arrendamento vem a ser mais um problema, pois além de ter que recorrer à linha de crédito, terá que descontar 10 a 20% do valor bruto das caixas de tomate comercializadas. Contará, como sempre, com a mão-de-obra familiar e com a troca de serviços e, ainda, quando houver maior necessidade, com a contratação de diaristas.

A natureza do trabalho, que é familiar, resolve o problema de mão-de-obra e a falta de recursos financeiros pode ser suprida pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. A comunidade de Barro Branco é mais organizada politicamente e nela se percebe um espírito de cooperação e solidariedade, o que os dá uma certa autonomia. Os camponeses vão se adaptando às condições do mercado, mas não perdem o vínculo que os caracteriza como classe social.

A citação a seguir expressa didaticamente tais situações:

O problema de plantar aqui em Barro Branco é que os terrenos são muito pequenos. Você planta aqui hoje, no ano seguinte ali e quando já usou a terra toda, o negócio é plantar na terra dos outros. Um vizinho meu já perdeu a lavoura num ano desses por causa disso, foi teimar e acabou dando uma danada de uma bactéria, que arrasou com tudo e teve que deixar o tomate no pé; depois ele foi até ver com o agrônomo. Foi a murchadeira.

Por isso, ou agente dá percentagem a um dono de terra e banca a lavoura, cuidando de tudo e fazendo troca de serviço, quando é parente, ou então tem que trabalhar como meeiro mesmo. A gente tem terra, eu, meus irmãos, mas como já se plantou nela toda, o

negócio é tocar para frente e não desistir do tomate, porque aqui a gente planta outras coisas, mas é para o consumo. O arroz plantado a gente vende, mas o dinheiro é muito pouco. Já o tomate não, às vezes leva prejuízo... Mas em compensação dá para melhorar a vida. (Depoimento de um camponês de Barro Branco, 1998).

Trata-se, portanto, de uma forma de pequena produção que está inserida no capitalismo como parte integrante dele mesmo, que se adapta de forma adequada ao movimento de acumulação sem, portanto, perder a sua condição camponesa.

Mantendo a preocupação com a diferenciação espacial, no caso de Nova Friburgo, mais especificamente em Campo do Coelho, foi enfocada a relação de subordinação da pequena à grande produção e ao capital em suas diferentes formas. Percebe-se neste espaço contraditório que o atual estágio da modernização do capitalismo não se faz sem pesados ônus, implicando em uma intensa destruição da base física da produção e forte expropriação dos trabalhadores rurais. A horticultura tradicional, inserida num quadro de produção camponesa, foi aos poucos cedendo lugar à uma policultura comercial. Entre fins da década de 1970 e início dos anos 80 ocorrem profundas transformações da estrutura produtiva com mudanças radicais no sistema agrícola, que passa a ser significativamente tecnificado e capitalizado.

Neste período, através da ação do Estado, a dragagem dos rios Grande e São Lourenço e a chegada da eletrificação rural permitiram o deslocamento espacial da horticultura, tanto sobre as várzeas, anteriormente subutilizadas, como em direção às médias e altas encostas, através do emprego de moto-bombas elétrica. Além disso, a construção do Mercado do Produtor de Nova Friburgo e o asfaltamento da rodovia Friburgo-Teresópolis facilitaram a comercialização e a comunicação entre a área produtora e o mercado metropolitano, grande consumidor de produtos da horticultura.

As relações de trabalho vão se adaptando a esta nova configuração: sem recursos para acompanhar o ritmo de modernização do campo e com a diminuição da produtividade da terra, o camponês de Campo do Coelho é obrigado a participar da reprodução do capital. Isto permite reforçar a idéia de esfacelamento do camponês que, diante de tal conjuntura, se vê subjugado: ou se torna um assalariado ou um parceiro que, juntamente com sua família, vai aos poucos se distanciando dos atributos que o caracterizam como camponês. Nesta localidade, apesar do acesso à terra e demais meios de produção e da mão-de-obra essencialmente familiar, não se verifica qualquer produção voltada para a subsistência. Em outras palavras, o camponês é cooptado pelo capital.

Os estudos de caso revelam, então, os seguintes fatos: em Barro Branco, mesmo com a inserção do capital no campo, a unidade de produção camponesa se mantém enquanto classe social, preservando seus valores e sua unidade territorial, ao passo que em

Campo do Coelho, evidencia-se uma tendência de desintegração do campesinato frente à subordinação da pequena à grande produção e ao capital em suas diferentes feições.

Tendo em vista este último caso, conforme Fernandes (2002, p. 66),

Ainda, nessa lógica, aconteceria a transformação do camponês em agricultor familiar, com definida por LAMARCHE, 1993, p.13-33. Numa perspectiva evolucionista, o autor parte de um *modelo selvagem* (sic) para um *modelo ideal* (sic), cujo processo seria determinado pelo projeto de vida do produtor familiar, como um complemento do *projeto da sociedade para os agricultores* (sic), tendo os diferentes graus de integração ao mercado como principal referência da transformação do camponês em agricultor familiar.

O assunto deste trabalho, que é pauta de discussões desde fins século XIX entre os clássicos da questão agrária: LÊNIN, KAUTSKY e CHAYANOVY, tem se oxigenado entre os teóricos contemporâneos da questão agrária a partir do embate situado no uso que se faz dos termos “agricultura familiar” e “camponês”. Grosso modo, entendemos que o primeiro é referência de uma abordagem economicista da pequena produção, onde há uma preocupação em abranger sua integração com capital, não dando conta, portanto, de entender o camponês subordinado a universos mais amplos. “É possível localizar elementos de permanência, de continuidade, de unidade de um modo de ser que exige e merece das ciências sociais uma caracterização própria, que não a que se apóie apenas em suas diferenças com relação a outras categorias sociais” (ABRAMOVAY, 1998, p. 54). Será este o sentido atribuído ao emprego da palavra “camponês”, utilizado em uma abordagem mais profunda da lógica camponesa, expressando um posicionamento político-ideológico de resistência frente à tendência de avanço devastador do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo científico da pesquisa em Geografia Agrária há uma grande cobrança do meio acadêmico por um posicionamento unilateral e rígido, de modo que decidir pela valorização de determinada vertente em detrimento da outra é tarefa um tanto quanto complexa para o pesquisador em função da carga político-ideológica que tal escolha reflete. Este fato pode levar, muitas vezes, ao erro de sobrepor a teoria à prática.

As palavras de Ariovaldo (1991, p. 07) ilustram tal preocupação:

A produção geográfica, felizmente, começa a ser submetida a uma crítica profunda, comprometida com a transformação do mundo. É pois urgente produzir uma Geografia sobre o campo que possibilite o seu entendimento; ou, mais que isto, uma Geografia que possa servir de instrumento para a transformação do campo, e se possível, também da cidade.

Diante deste quadro e da experiência de pesquisa no campo da geografia agrária, reforça-se que a idéia de seguir uma ou outra vertente está repleta de limitações no campo empírico. É necessário que a leitura da questão agrária considere as múltiplas interações que concernem à produção diferenciada e economicamente desigual do espaço agrário, transcendendo uma visão unívoca acerca do futuro do camponês. O geógrafo em sua prática, portanto, não deve se limitar a uma escolha rígida por uma vertente, pois tal atitude pode levá-lo ao erro de negligenciar a apreensão da dinâmica do espaço estudado.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas. Hucitec/ANPOCS/Editora da UNICAMP, 1992.
- CEZAR, L. H da S. A Horticultura do tomate e a Organização do Território em São José de Ubá – Noroeste Fluminense. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In SILVA, J. G. & STOLCKE, V. (ORG.) A Questão Agrária. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. In **XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2002. Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Petrolina: URPE, 2002. v.16, p.61-71.
- KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LÊNIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- OLIVEIRA, R. A Agricultura Camponesa no Brasil. Ed. Contexto, 1991.
- PEREIRA, R. R. et al. Horticultura, pequena produção e meio ambiente em Nova Friburgo. In **Semana de Iniciação Científica. Livro de resumos/11ª Semana de Iniciação Científica** - Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Capacitação e Apoio à Formação de Recursos Humanos, 2002. p. 491